



Anais da Assembléia

Nº 179

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Ironði Pegliesi - Geraldo Antônio Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edison Silva Lino; PDT - 10: Algaci Túlio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 126ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 1995
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Toti Colaço.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nêrone, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Doutor Rosinha, José Maria Ferreira e Reny Borsatto (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Estado do Paraná
 Secretaria de Estado da Segurança Pública
 Gabinete do Secretário

Ofício nº 1910/95GS

Curitiba, 07 de dezembro de 1995.

Senhor Presidente.

Pelo presente testemunho a satisfação e a honra de tê-lo recebido nesta Secretaria de Estado em data de ontem, dia 06 do corrente, acompanhado do Eminentíssimo Deputado

Marquinhos Alves.

Vossa Excelência, como Chefe do Poder Legislativo, trouxe ao meu conhecimento a estranheza que teria causado entre Deputados dessa conceituada Casa de Leis, especialmente, no seio da aguerrida bancada do Partido dos Trabalhadores, declarações a mim atribuídas e publicadas no Jornal Folha de Londrina, dia 02 do corrente, com a conotação de que "mexi com a vida pregressa de todos eles".

Afirmo-lhe, Senhor Presidente, através deste Ofício, o que já o fiz pessoalmente jamais fiz essa afirmação com relação a qualquer Deputado Estadual e muito menos aos membros da Bancada do PT.

No contexto dessas afirmações no Jornal estampadas, refiro-me a eventuais elementos infiltrados no Movimento dos Sem-Terras, sobre os quais efetivamente, pairam graves suspeitas, em desabono da luta dos verdadeiros agricultores.

Na condição de ex-Deputado Estadual e integrante da equipe do Governador Jaime Lerner, cultivo por essa augusta Assembléia Legislativa o maior respeito e acatamento, bem como sobrelevo o apreço pessoal que dedico a cada um dos Senhores Deputados, indistintamente de todas as bancadas, sobrepondo esse relacionamento a eventuais divergências político-administrativas, de resto, absolutamente, salutares no ambiente livre e democrático que todos buscamos e preservamos no Paraná e no Brasil.

Peço-lhe, assim, Senhor Presidente, com todo o respeito que como Chefe do Legislativo, receba e transmita aos seus dignos Pares, esses esclarecimentos como testemunho da consideração e apreço que faço questão de externar publicamente a cada um dos Senhores Deputados.

Sem mais, colho o ensejo para externar a Vossa Excelência protestos de admiração e respeito.

Sala das Sessões, em 07.12.95.

(a) CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA
 Secretário de Segurança

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3734

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 468/95.

Sala das Sessões, em 07.12.95.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O projeto em questão é de fundamental importância para os paranaenses, visto que os recursos obtidos com a pretendida venda das ações será utilizado para a execução

Curitiba, quinta, em 07.12.95

de projetos e programas de desenvolvimento econômico e social.

Sendo assim, contamos com o apoio dos demais Pares, no sentido de que aprovem o Requerimento em questão.

REQUERIMENTO N° 3738

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n° 540/95, que cria o Município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 07.12.95.

(a) ÉLIO RUSCH

Apoio: Luiz Accorsi.

REQUERIMENTO N° 3736

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM quebra de interstício e realização de Sessão Extraordinária, para o dia 07.12.95, para discussão e votação dos seguintes projetos:

Redação final do Projeto de Lei n° 431/95

Redação Final do Projeto de Lei n° 494/95

2ª Discussão dos Projetos de Lei n°s 039/95, 479/95 e 522/95.

Outros Projetos a serem indicados pela Presidência.

Sala das Sessões, em 07.12.95.

(aa) IRINEU COLOMBO

LUIZ CARLOS ZUK

TOTI COLAÇO

ORLANDO PESSUTI

VALDIR ROSSONI

AUGUSTINHO ZUCCHI

NELSON GARCIA

JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 3728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Pesar, pelo falecimento da Senhora Elvira Savi Muller, ocorrido em 02.11.95.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-la.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Felipe Camargo, 110 - Uvaranas Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 07.12.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a inclusão do Município de Fênix no Programa Caminhos do Saber.

Sala das Sessões, em 07.12.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

As precárias condições da estrada que liga o Município de Fênix, ao Distrito de Bela Vista do Ivaí, vêm criando percalços à vida escolar do Município.

Em dias de chuva, o acesso àquele distrito é absolutamente impraticável, o que acarreta transtornos de todos os gêneros, pois tanto alunos como professores ficam impossibilitados de desenvolver as suas atividades escolares, o que fatalmente se resume em prejuízo para o ensino e concorre para a evasão escolar.

Pelo exposto, conclamo o aval dos nobres Pares desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 3726

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente de Agradecimentos, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Paraíba, Doutor José Maranhão, pelo excelente tratamento dispensado à sua pessoa, por ocasião de sua participação no "II Encontro Nacional entre as Mulheres Parlamentares Estaduais Brasileiras", acontecido no último dia 04.12.95, em João Pessoa, na Paraíba.

Sala das Sessões, em 07.12.95.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 3727

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente de Agradecimentos, ao Deputado Carlos Marques Dunga, Mui Digno Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba e Presidente da União Parlamentar Interestadual - UPI, pelo convite e pela forma com que dispensou todas as atenções oficiais à mesma, quando de sua participação no "II Encontro Nacional entre as Mulheres Parlamentares Estaduais Brasileiras", no último dia 04.12.95, em João Pessoa, na Paraíba.

Sala das Sessões, em 07.12.95.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 3730

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no sentido de atender o pedido de moradores do bairro Jardim das Américas, os quais solicitam a limpeza no barranco da BR-277, trecho entre o depósito da Nestlé até a fábrica da Coca-Cola, Conjunto Dr. Carlos Bruno. Pedem também para colocar placa de sinalização de travessia para pedestre ao lado da escada do conjunto, nas proximidades do ponto de ônibus - fundos da casa n° 6. Maiores informações podem ser obtidas com a Sra. Alaíde Mendes Voltz através do telefone n° 266-7558.

Sala das Sessões, em 07.12.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO N° 3731

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo nos pontos de ônibus, principalmente na Praça Rui Barbosa, tendo em vista os freqüentes assaltos que vêm ocorrendo. Os idosos são os que mais sofrem com a ação dos marginais devido a sua fragilidade e são os mais visados. A situação é crítica e vem piorando a cada dia.

Sala das Sessões, em 07.12.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO N° 3732

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de providenciar mais salas de aula na rede estadual de ensino para o Pré-Primário. O pedido está sendo feito pelos pais de alunos que estão sentindo dificuldades em conseguir vagas devido a falta de mais salas de aula.

Sala das Sessões, em 07.12.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 540/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o Município de Esperança Nova, desmembrado do Município de Pérola, com as seguintes divisas e confrontações.

"Partindo do marco 160/161, cravado à margem da estrada Jequitibá, seguindo-se o rumo 75°35' SW, com a distância de 1.020,00 metros, onde encontrou-se outro marco 160/161 cravado à margem direita do córrego Gaivota. Deste marco seguiu-se margeando o córrego Gaivota, águas abaixo até o ribeirão Jequitibá, confrontando por este lado com o município de Pérola. Em continuação, seguiu-se margeando o ribeirão Jequitibá, águas abaixo até o rio Paracai, confrontando por este lado com o município de São Jorge do Patrocínio. Em continuação seguiu-se margeando o rio Paracai, águas acima até a estrada Lontra, confrontando-se por este lado com o município de Umuarama. Em continuação seguiu-se margeando a estrada Lontra até o marco 269/270 cravado à margem da estrada Lontra, confrontando por este lado com o Município de Xambrê. Deste marco seguiu-se o rumo 58°37' SW com a distância de 1.461,00 metros, onde encontrou-se outro marco 269/270 cravado à margem direita do córrego do Milho. Deste marco, seguiu-se margeando o córrego do Milho águas abaixo até o ribeirão Palmital, confrontando por este lado com o município de Pérola. Em continuação, seguiu-se margeando o ribeirão Palmital, lado direito águas acima até o córrego Borboleta. Daí seguiu-se margeando o córrego Borboleta, lado direito, águas acima até o marco 76/77, cravado à margem do córrego Borboleta. Deste marco seguiu-se o rumo 54°24' SW, com distância de 335,00 metros, onde encontrou-se outro marco 76/77. Em continuação, seguiu-se o rumo 32°10' SW, com a distância 1.345,00 metros, onde encontrou-se outro marco 76/77, cravado à margem da estrada Boa Esperança. Em continuação seguiu-se margeando a estrada Boa Esperança até a estrada Jequitibá, confrontando por este lado com o Município de Pérola. Em continuação seguiu-se margeando a estrada Jequitibá até o marco 161/160, ponto de partida".

A área total no memorial descritivo é de 138.330.346,00 metros quadrados (cento e trinta e oito milhões, trezentos e trinta mil, trezentos e quarenta e seis metros quadrados).

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei n° 9.475 e outras disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.95

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos este projeto de lei, estamos considerando o resultado favorável do plebiscito realizado em 28.05.95, quando a população decidiu pela criação do Município de Esperança Nova, resultado este já homologado pelo Tribunal Regional Eleitoral.

A criação do Município de Esperança Nova obedece as formalidades legais, uma vez que preenche os requisitos exigidos no escopo de ser elevado à condição de Município.

PROJETO DE LEI N° 541/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de Centro Novo, desmembrado dos Municípios de Planalto e Pérola do Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas e confrontações:

Com o Município de Capanema

Começa no rio Santo Antonio, na foz do rio Liso, subindo por este até a foz do lajeado Bonito e, por este, até o seu cruzamento com a estrada municipal a São José do Liso.

Com o Município de Planalto

Começa no lajeado Bonito, no seu cruzamento com a estrada municipal Capanema-São José do Liso, deste ponto seguindo pela estrada, no sentido de São José do Liso, até encontrar o rio Liso, por este subindo até encontrar a foz do arroio Fernandes.

Com o Município de Pérola do Oeste

Começa na foz do arroio Fernandes, no rio Liso, e sobe até a sua nascente, próximo à estrada PR-163 que liga Planalto a Pérola do Oeste e deste ponto, por linha seca e reta, segue rumo Oeste até encontrar a nascente do córrego Vitória, por este descendo até a sua foz, no lajeado Grande, pelo qual até a sua foz no rio Santo Antonio.

Com a República Argentina

Começa na foz do lajeado Grande, no rio Santo Antonio pelo qual segue até sua foz no rio Liso, ponto de partida.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.95
(aa) CAÍTO QUINTANA
ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A criação do município de Centro Novo é antiga aspiração daquela comunidade, cuja estrutura administrativa, social e econômica permite a sua transformação em município.

O atual distrito conta com infra-estrutura urbana, dotada de intenso comércio e desenvolvida agricultura.

Outrossim, a população manifestou-se através do plebiscito, em 03 de dezembro

do corrente ano, de forma absolutamente favorável.

PROJETO DE LEI N° 542/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Guarda-Mirim de Moreira Sales, com sede e foro no Município de Moreira Sales.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.95
(a) NELSON TURECK.

JUSTIFICATIVA:

Tendo como objetivo principal a assistência social e a promoção humana, a Guarda-Mirim de Moreira Sales assiste menores carentes da faixa etária de 12 a 18 anos.

Menores de ambos os sexos, abandonados e desajustados, encontram na Guarda-Mirim o amparo, a educação e a orientação, voltada para o fim específico de integrá-los a qualquer tempo a comunidade.

Entidade eminentemente social, sem fins lucrativos, sua diretoria não percebe remuneração de qualquer espécie ou a qualquer título.

Estando a Guarda-Mirim de Moreira Sales rigorosamente no cumprimento dos seus dispositivos estatutários, e levando a esperança de uma vida com qualidade, com dignidade a tantos menores, reconhecê-la de Utilidade Pública é entender o grande alcance da sua obra social e assistencial.

Por assim enterdermos, é que esperamos merecer o aval dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 543/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Goioerê, com sede e foro no Município de Goioerê.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.95.
(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que nos leva a apresentar o presente projeto de lei propondo que seja declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Goioerê - ABEG, é o perfil eminentemente social da entidade, cujo objetivo é congrega todos os moradores sem nenhuma discriminação, a fim de se obter a elevação da qualidade de vida de todos e

representar o interesse dos associados que formam uma sociedade civil sem fins lucrativos, político-partidário ou religioso.

Sendo declarada de Utilidade Pública, os associados da ABEG poderão buscar os recursos institucionais disponíveis de âmbito municipal estadual, federal, internacional, oficiais ou particulares, para execução de seus programas. Outrossim, os moradores terão a oportunidade de promover atividades que tenham como objetivo elevar os padrões de renda, saúde, moradia, educação, recreação, esporte e culturais dos moradores, adquirir e manter conforme os interesses da população, equipamentos sócio-econômicos comunitários, adquirir para o fornecimento ao quadro social, bens de produção própria, bens de produção agropecuárias e hortifrutigranjeiros e ainda, artigos e gêneros de uso doméstico e pessoal.

Pelo exposto, conclama o aval dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 544/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a AMOP - Associação dos Moradores do Porto V, com sede e foro no Município de Goioerê.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que nos leva a apresentar o presente projeto de lei propondo que seja declarada de Utilidade Pública a AMOP - Associação dos Moradores do Porto V, do Município de Goioerê, é o perfil eminentemente social da entidade, cujo objetivo é congregar todos os moradores sem nenhuma discriminação, a fim de se obter a elevação da qualidade de vida de todos e representar o interesse dos associados que formam uma sociedade civil sem fins lucrativos, político-partidário ou religioso.

Sendo declarada de Utilidade Pública, os associados da AMOP poderão buscar os recursos institucionais disponíveis de âmbito municipal estadual, federal, internacional, oficiais ou particulares, para execução de seus programas. Outrossim, os moradores terão a oportunidade de promover atividades que tenham como objetivo elevar os padrões de renda, saúde, moradia, educação, recreação, esporte e culturais dos moradores, adquirir e manter conforme os interesses da população, equipamentos sócio-econômicos comunitários, adquirir para

o fornecimento ao quadro social, bens de produção própria, bens de produção agropecuárias e hortifrutigranjeiros e ainda, artigos e gêneros de uso doméstico e pessoal.

Pelo exposto, conclama o aval dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 545/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Denomina "Rodovia Julmi Canever" o trecho da PR-553, no trecho que liga os Municípios de Luiziana e Mamborê.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Desaparecido prematuramente, Julmi Canever jamais será esquecido pelos que o conheceram.

Nascido em Orleans (SC), foi um paranaense por opção e munícipe de Luziana também por escolha pessoal.

Tão logo concluiu o curso ginásial Julmi Canever, ingressou no seminário, onde chegou ao noviciado. Entretanto, a sua verdadeira vocação o levou a abandonar a batina e reingressar na sociedade leiga, como um benfeitor voluntário, voltado para as causas sociais.

Entre suas principais atividades, destacou-se como presidente do movimento de cursilhos, catequista, paletrista (junto ao grupo de jovens, casais, cursos para noivos, etc), e como diretor da pastoral familiar.

Foi casado com dona Terezinha Hess, com quem teve dois filhos: Giancarlo H. Canever e Tatiana H. Canever.

Faleceu em 12.04.94, após ter marcado sua presença e seu amor pelas crianças através das obras que praticava em prol dos pequeninos. Incontáveis vezes reuniu crianças para assistirem a filmes que ele mesmo providenciava, os quais eram exibidos em vídeo de sua propriedade particular.

Julmi Canever soube dividir em tudo e com todos.

Estes são os motivos que nos levam a pleitear a justa homenagem, que se constitui em um sonho acalentado por todos os que conheceram e tiveram o privilégio de com ele conviver.

Entendemos ser uma questão de justiça perpetuar o seu honrado nome, denominando o trecho da PR-553, conforme especificado, e por isto, rogamos o aval dos nobres Pares desta augusta Casa.

Curitiba, quinta, em 07.12.95

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente, nem no Horário das Lideranças. (Todos declinam).
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manuel Martins de Oliveira.

Esta Presidência comprometeu-se a, pessoalmente, dirigir-se ao Secretário de Segurança Pública para que pudesse explicar a notícia veiculada por diversos jornais. Compareci ao Gabinete do Secretário, pela primeira vez neste Governo, com o Deputado Marquinhos Alves, e S. Exa. reafirmou que não havia dito o que o jornal propalou, mas que iria encaminhar uma carta à Assembléia e realmente encaminhou na manhã de hoje e foi lida pelo Senhor 1º Secretário.

Acho que o incidente está encerrado.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria apenas que fosse encaminhada uma cópia aos membros da Bancada do PT para que a gente pudesse ter em mãos esta resposta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já está em mãos do Senhor Líder da Bancada.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana e Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 04 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/95, que transforma o atual órgão de regime especial, Serviço de Loterias do Estado do Paraná - SERLOPAR, em autarquia, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA Nº 1 DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E EMENDAS Nº 2, Nº 3 e Nº 4, COM

PARECERES CONTRÁRIOS DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 428/95

PARECER:

O Projeto de Lei nº 428/95, de autoria do Poder Executivo, que transforma o atual órgão de regime especial, Serviço de Loterias do Estado do Paraná - SERLOPAR, em autarquia, recebeu do Plenário desta Casa de Leis, quatro emendas, que a seguir vamos relatar:

EMENDA Nº 01

Autor: Deputado Valdir Rossoni

A presente emenda tem por objetivo inserir inciso no art. 3º e parágrafo no art. 10, visando a simplificação do processo de instituição de novos jogos e uma maior fiscalização da SERLOPAR, com a criação de novos empregos, respectivamente. Achando meritória a motivação da emenda, somos de parecer favorável à mesma.

EMENDAS Nº 02, 03 e 04

Autor: Deputado Orlando Pessuti

As emendas do nobre Deputado Orlando Pessuti, apesar de muito bem elaboradas, não atendem o objetivo inicial da Mensagem nº 56/95, do Poder Executivo, que é definir, com a transformação da SERLOPAR em autarquia, toda uma sistemática para o seu funcionamento. Assim sendo nosso parecer é contrário às emendas.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Apoio: Eduardo Trevisan, José Tavares (voto contrário), Antonio Anibelli, Antonio Belinati, Luiz Cláudio Romanelli (voto contrário), Toti Colaço, Rossoni, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri e 1 ilegível.

Em votação ao projeto, sem prejuízo da apreciação da Emenda.

Emenda nº 1 com parecer favorável da CCJ. Os Deputados que aprovam conservem-se como estão.

Emendas contrárias à CCJ, quem aprovar o parecer, conserve-se como está. Rejeitadas as Emendas.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 383/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 9.350, de 16 de agosto de 1990. (criação do Município de Carambei). Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 128, de 03.10.95.).

ITEM 03

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 494/95, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti, Edson Silva Lino e Miltinho Puppio, que fica criado o Município de Rio Branco do Ivaí, com território desmembrado dos Municípios de Grandes Rios e Rosário do Ivaí, com sede na localidade do mesmo nome e os limites e confrontações. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO O SUBSTITUTIVO GERAL APROVADOS EM 2.^a DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 039/95, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a doar definitivamente, às Prefeituras Municipais, todos os veículos automotores, máquinas e implementos de terraplanagem, agrícolas e industriais entregues, até esta data em regime de comodato. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 11, de 08.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 039/95

PARECER:

O projeto de lei, de autoria do eminente Deputado Antonio Annibelli, pretende que o Estado do Paraná doe aos municípios que até a presente data recebera, a título de comodato, automóveis, máquinas e implementos de terraplanagem ou agrícolas.

A rigor, os comodatos feitos entre o Estado e seus municípios sempre tiveram a característica de verdadeira doação. Visto que tais máquinas e equipamentos quase sempre não retornam ao patrimônio do Estado, permanecendo em domínio dos municípios favorecidos ou decompostos pelo uso e pelo tempo. Após o que apenas ocorre junto ao Estado a baixa patrimonial.

O que pretende o processo é coerente e não tem impedimento de ordem legal, visto que o projeto dará legalidade a essas doações que não serão discricionários em razão de que os critérios para concessão já foram estabelecidos por ocasião do próprio comodato.

Não havendo impedimento de ordem legal e já tendo sido estabelecidos os critérios para doação, sem que isto caracterize qualquer tipo de favorecimento de um município em prejuízo de outro, concluímos que o projeto ora em discussão cumpre o seu objetivo e pode receber a aprovação desta Casa Legislativa, após a audiência das demais comissões afins.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 039/95

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Antonio Annibelli, chega a esta Comissão de Finanças o projeto e lei supramarginado, que dispõe sobre a doação de automóveis, máquinas e implementos de terraplanagem ou agrícolas às Prefeituras Municipais entregues, até esta data, em regime de comodato.

Submetido à análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o que achamos importante ressaltar é o fato de algumas prefeituras terem recebido vários destes equipamentos, enquanto outras estão sofrendo prejuízos em relação à distribuição dos citados materiais.

Nestas condições, esta Comissão entende que a decisão quanto à viabilidade ou não do presente deve ser decidida em plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 07.06.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 039/95

PARECER:

O Projeto de Lei n° 039/95, de autoria do douto Deputado Antonio Annibelli, chega a esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para análise e parecer.

O Projeto de lei propõe a doação de veículos, máquinas e implementos de terraplanagem ou agrícolas às prefeituras municipais, cedidas, até a data presente, em regime de comodato.

Submetido à análise desta Comissão, considerou-se o seguinte:

- mantido o regime de comodato, a maioria das prefeituras, principalmente as menores, ver-se-ão sem as condições mínimas de continuarem atendendo suas necessidades básicas, a partir do momento que devolverem os bens comodatados;

- a quase totalidade dos municípios não terá condições de repor o bem que terá devolvido;

- é sabido que, boa parte dos veículos, máquinas ou implementos cedidos em comodato pelo Estado, foram recuperados com sacrifício pelos municípios;

- a manutenção do comodato, garantiria ao Estado apenas o aumento de veículos e máquinas sucateadas, na maioria das vezes inservíveis e irre recuperáveis;

- a doação definitiva, viria como estímulo para a manutenção cuidadosa e conseqüente conservação do maquinário por parte dos municípios;

- em suma, é sabido também que falta, ao Estado, recursos suficientes para socorrer todas as necessidades dos municípios por isso, num primeiro momento, a doação legal e definitiva dos bens, objeto do comodato, viria como um auxílio justo, oportuno e legítimo, sem a desova de recursos orçamentários.

Sob a ótica destas considerações, este relator considera viável o presente projeto e pronuncia-se favorável à sua aprovação.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.95.
(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
JOSE MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/95 de autoria do Deputado Antonio Annibelli que autoriza o Poder Executivo a providenciar para que os processos de aposentadoria, contagem de tempo e revisão de proventos sejam solucionados, definitivamente, dentro de 90 (noventa) dias. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 156, de 09.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 479/95

P A R E C E R:

O plano de lei nº 479/95 do ilustre Deputado Antonio Annibelli, visa autorizar o Poder Executivo a providenciar que processos de aposentadoria, contagem de tempo de serviço e revisão de proventos, sejam solucionados no prazo de 90 (noventa) dias contados da data do protocolo, responsabilizando o funcionário que ultrapasse este prazo.

Anexamos ao presente, cópias de parte da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente o artigo 90, §§ 8º e 9º, que referem-se ao assunto proposto.

Trata-se de medida necessária, tendo em vista os problemas ocorridos com processos de servidores que em alguns casos, ultrapassa 06 (seis) meses, sem solução.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça não encontramos nenhum óbice para sua tramitação normal.

O parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.95.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 079/95 que dispõe que as autarquias e fundações criadas na estrutura do Poder Executivo, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% do saldo financeiro disponível, conforme especifi-

ca. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 166, de 23.11.95, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 491/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dispor que as autarquias e fundações estaduais deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% do saldo financeiro disponível.

Como a proposição em tela atende aos superiores interesses da Administração, e entendemos oportuna e necessária para o Tesouro Estadual, esta Comissão de Constituição e Justiça dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.95.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 491/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade dispor que as autarquias e fundações estaduais deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% do saldo financeiro disponível.

A medida proposta já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator, ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças não encontrou nenhum óbice que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela, neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.95.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MILTINHO PUPPIO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/95 de autoria da Deputada Irondi Pugliesi que autoriza o Poder Executivo a fornecer gratuitamente a carteira de identidade para os estudantes matriculados na 1ª série do 1º grau da rede pública e privada de ensino do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. (Publ. no D.A. nº 172, de 30.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 522/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a fornecer,

gratuitamente, a carteira de identidade para os estudantes matriculados na 1.^a série do 1.^o grau da rede pública e privada de ensino do Estado do Paraná.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N.^o 522/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a fornecer, gratuitamente, a carteira de identidade para os estudantes matriculados na 1.^a série do 1.^o grau da rede pública e privada de ensino do Estado do Paraná.

Analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça o mesmo recebeu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Educação nada encontrou que possa impedir a tramitação do projeto de lei em tela.

Somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.95.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

RENATO ADUR - Relator

A SRA. IRONDI PUGLIESI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra à Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Sr. Presidente, nobres colegas, este é um projeto de extrema importância para a criança do Paraná.

Refiro-me aqui às crianças da rede escolar de ensino, porque as que forem, a partir do ano que vem, matriculadas na primeira série do primeiro grau, obterão uma carteira de identidade que carregarão para o resto da sua vida e que também o número desta carteira de identidade, será o número do seu cadastro escolar, até terminar todos os cursos do primeiro, segundo e terceiro graus.

O Governo do Paraná terá este cadastro escolar, registrando o número do aluno, e terá a facilidade do acompanhamento desse aluno durante toda a sua permanência na rede de ensino público e privado.

Gostaríamos de esclarecer aos companheiros que, para que este projeto fosse viabilizado, entramos em entendimento com o Sr. Segismundo Morgenstern, da FUNDEPAR, com o Sr. Secretário da Educação, Sr. Ramiro, com o Sr. Secretário da Segurança Pública, Cândido, e com o Presidente do Instituto de Identificação do Paraná, o Dr. Noronha.

Tendo conversado com estes órgãos de Governo temos a garantia de que este projeto será colocado em prática a partir do ano que vem. Por isso eu gostaria que os companheiros aprovassem esse projeto, porque as crianças que entram na rede municipal ou privada ou estadual de ensino, vão andar na rua com a carteira de identidade no bolso, adquirindo a sua cidadania. E tem mais, a hora que atinge a idade de poder trabalhar nos pequenos trabalhos, como menor, já tem a sua identificação. Essa criança pode participar de qualquer atividade cultural, esportiva, fora do seu Estado, documentada; enfim, é um avanço para o Governo do Paraná, dar a cidadania a essas crianças, principalmente o avanço do Governo que assume um projeto de tão grande importância.

E quero agradecer o Governo do Paraná por isso, de ter tomado este projeto, e dizer aos companheiros que desejo sua aprovação, para que, já no próximo ano, esse projeto seja colocado em prática e que as nossas crianças possam ter a sua cidadania conquistada.

Enfim, nós fizemos aqui um "folder" para a divulgação desse projeto, e nesse "folder" adotamos um nome para essa campanha, com anuência do Governo do Estado. "Tamanho não é documento". A sua criança cresce com a identidade e o Paraná garante a sua cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto, Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, peço Questão de Ordem para pedir vênica a V.Exa.

Foi votado anteriormente, Senhor Presidente, o Projeto 491/95, que dispõe que as autarquias e fundações criadas na estrutura do Poder Executivo devam recolher 90% do saldo financeiro ao Tesouro do Estado.

Gostaria, Senhor Presidente, que V.Exa. nos desse um prazo de até 3.^a feira, ou colocasse na Ordem do Dia de segunda, porque me parece que afronta a própria formação das autarquias e das fundações, a necessidade de transferência do recurso da autarquia para o Tesouro do Estado. Desfigura a figura jurídica da autarquia e da

Curitiba, quinta, em 07.12.95

fundação, e nós gostaríamos de analisar isso com mais profundidade para podermos votar a 2ª. Discussão com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devo esclarecer a V.Exa. que recebi informação oficial do Governo que, se essa Mensagem não for aprovada em tempo hábil, o Governo não terá condições de pagar o 13º salário.

Então, fica a critério de V.Exa. se eu coloco na segunda-feira ou se votamos hoje.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas, Senhor Presidente, Deputado Algaci Túlio, primeiro, acho é uma responsabilidade muito pesada que o Governo joga em cima deste Parlamento. Não temos a responsabilidade de gerir recursos para pagamento do 13º salário. A minha preocupação, Deputado Anibal Khury, é criarmos uma lei que desfigura as autarquias e as fundações, porque a partir da aprovação dessa lei, elas não terão autonomia financeira, terão que repassar 90% dos seus recursos ao Tesouro do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É, mas ficará à conta deles, e eu vou colocar segunda-feira.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, desculpe, vênha, para que a gente possa analisar se isso é constitucional, se é legal, tudo bem, vote-se segunda-feira sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Segunda-feira.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito embora tenha sido matéria vencida, concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 3736, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, José Tavares, Valdir Rossoni, Irineu Colombo e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3726 e 3727, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3728, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3734, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3730 a 3732, de au-

toria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3724, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3738, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, com apoio do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3691, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3692, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Ângelo Vanhoni, José Tavares e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3694, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/95.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 494/95.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 039, 479, 491 e 522/95.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 428/95.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 285 e 291/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 152, 421 e 540/95.

e do Projeto de Resolução nº 052/95.

Levanta-se a sessão.